

Segurança europeia

João Paulo de Oliveira*

É a União Soviética uma potência expansionista sempre que as circunstâncias lho permitem, ou defensora do *status quo* na Europa? A estratégia de dissuasão nuclear da NATO tem como objectivo principal a defesa do território europeu ou do território americano?

Foram estas as questões centrais, glosadas em vários tons e desde variadas perspectivas, dos debates promovidos pelo IEEI no Ciclo da Primavera, este ano subordinado ao tema **Portugal e a Segurança Europeia**. A emergência delas com particular acuidade deve-se à ascensão ao poder soviético de Mikhail Gorbachev e aos novos ventos que sopram de Moscovo, interna e externamente, eles próprios susceptíveis de interpretações diversas que sustentam, em consequência, diferentes visões dos avanços desarmamentistas. Todas coincidem, porém, de um ponto de vista europeu ocidental, na verificação desta evidência condenável: a defesa da Europa passa, no essencial, por Washington e Moscovo – Bona, Paris e Londres representam, no concreto, um papel marginal.

Partidário da tese segundo a qual a União Soviética deseja manter o *status quo* na Europa porque o seu objectivo prioritário em matéria de política externa é a normalização das relações com os Estados Unidos, enquanto condição a longo prazo da sua segurança, é o soviétólogo Oles Smolansky **, um ucraniano professor da Universidade norte-americana de Lehigh, que inaugurou o Ciclo da Primavera do IEEI. Este especialista em relações internacionais perfilha uma visão simultaneamente optimista e inquieta do projecto gorbacheviano, despida, como afirma, de imprudências, mas também de estereótipos de perversidade. Smolansky vaticina a sobrevivência do dirigente soviético, assegurada por três qualidades definidoras da sua prática política: diz a verdade ao povo, é extremamente hábil e desperta o orgulho russo. Hesita, todavia, em prever o êxito das reformas que Gorbachev propõe, dadas as resistências internas que se lhe deparam – e compete ao Ocidente encorajá-lo. Porquê? Porque, relegando a ideologia para segundo plano e dando preponderância ao pragmatismo, Gorbachev está realmente disposto a fazer concessões. Smolansky exemplifica: em matéria de desarmamento, da resolução dos conflitos regionais e de

* Jornalista.

direitos humanos, o dirigente soviético vai ao encontro das insistências de Reagan (acordo INF, retirada do Afeganistão, libertação de presos políticos e liberalização da emigração). Nesta linha de pensamento, o professor ucraniano considera um despropósito ver o dedo de Moscovo em todos os conflitos mundo fora: os soviéticos descomprometem-se em África e no Terceiro Mundo em geral, não intervêm na Nicarágua, nem no Camboja, nem na disputa israelo-árabe (na qual pretendem participar, tão-só, à mesa de eventuais conversações). Exceptua-se desta «retirada» estratégica a guerra do Golfo, onde, aí sim, a URSS tem interesses directos a defender.

Neste contexto, as «tremendas mudanças» que estão a ocorrer na URSS, ditadas por imperativos de desenvolvimento económico, visando atenuar o fosso que separa o país dos Estados Unidos, não podem ser meras operações de cosmética; elas traduzem a necessidade de desviar o eixo estratégico da política interna da competição com os norte-americanos no terreno militar e espacial para a recuperação do atraso na economia. O resultado forçoso deste novo rumo é a busca de entendimentos com os Estados Unidos.

Dizendo isto de outro modo, a URSS abandonou a política ofensiva, cujo último protagonista foi Brejnev. Assim o afirmou François Heisbourg, director do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, ao ver no brejnevismo uma ameaça de guerra na Europa, mais tarde ou mais cedo cumprida se o antecessor de Gorbachev e os seus adeptos não houvessem deixado o poder. Concordante com Smolansky, Heisbourg reconhece na URSS de hoje uma clara disponibilidade para múltiplas cedências, bem visível na actual dinâmica. Eis a razão pela qual lamenta o acordo INF por defeito, que não por excesso: os Estados Unidos deveriam ter reclamado a inclusão de outras armas no acordo. No entanto, o reverso da medalha desta maré desarmamentista por parte da URSS que a cimeira de Washington consagrou leva Heisbourg a distinguir e a valorar diferentemente o tratado INF: bom conteúdo, pecando embora por modéstia, consequências preocupantes no que toca à segurança europeia.

A preocupação advém da dinâmica pró-«triplo zero», que comporta o risco de desnuclearização da RFA e, por arrastamento, de desprotecção das forças convencionais norte-americanas neste país. A situação favorece o *decoupling* EUA-Europa, por sua vez induzido – é convicção de Heisbourg – pela tendência inelutável do governo norte-americano para impor cortes no orçamento da Defesa, o que se repercutirá na presença militar dos Estados Unidos na Europa, se não em termos de efectivos, pelo menos numa redução dos programas de treino. Esta emergência torna indispensável a modernização do nuclear europeu, em particular das armas

aerotransportadas, como solução de recurso, e, por conseguinte, pressupõe uma política de defesa europeia consistente e articulada com a dos Estados Unidos.

À primeira vista, a previsão de Heisbourg contradiz a bondade do acordo INF e da dinâmica pró-«triplo zero» que ele próprio defende, pois significaria a redução do limiar dissuasor nuclear mínimo e abalaria o *coupling*; no entanto, o director do IISS de Londres, se reconhece a desnuclearização como primeiro objectivo de Moscovo, pensa que o segundo será a limitação das forças convencionais – os soviéticos consomem um sexto do PNB na defesa e a redução deste último tipo de efectivos é a que permite maiores economias. Tal disponibilidade da URSS encontra paralelo no pendor norte-americano para reduzir o nível da presença militar na Europa, o que pressagia novos entendimentos entre as duas superpotências e impõe aos europeus a assunção de responsabilidades acrescidas na sua defesa, através da construção do « pilar », o que demonstrará aos Estados Unidos a vontade de não enjeitar a partilha das despesas com a NATO e, deste modo, evitará o *decoupling*. Na construção do pilar europeu da Aliança Atlântica, isto é, no alargamento e revitalização da UEO, deverão, segundo o especialista francês, desempenhar papel especialmente relevante a França e a RFA, sem que tal represente a adopção de um conceito de defesa bipartida, em detrimento da cooperação multilateral.

Esta tese prudentemente optimista tem nos pressupostos a oposição de Pierre Lellouche, director-adjunto do Instituto Francês de Relações Internacionais, que vê no acordo INF uma ameaça para a segurança europeia e acusa de hipocrisia os dirigentes europeus, que em público o enaltecem, mas em privado o condenam. Lellouche aprecia severamente o tratado, ao considerar que a retirada dos SS-20 « não reduz em nada a ameaça soviética porque oitenta SS-24 intercontinentais substituem todos os mísseis de alcance médio abrangidos pelo acordo », ficando assim a dissuasão cometida às armas tácticas europeias de curto alcance. Reside nisto, para Lellouche, a grande contradição entre a estratégia de resposta flexível da NATO e os louvores ao acordo INF: se para Heisbourg ele reforça a capacidade de dissuasão ocidental ao eliminar os SS-20, para Lellouche elimina um patamar daquela estratégia, uma vez que a instalação dos euomísseis não visava forçar a retirada dos mísseis soviéticos, antes reformar o poderio da Aliança, através de um maior envolvimento dos Estados Unidos na defesa do Velho Continente. A conclusão lógica deste raciocínio implica reconhecer-se que os Estados Unidos santuarizam o seu território e que a Europa pode vir a ser palco de um eventual conflito nuclear ou clássico. O *decoupling* convidaria ainda a RFA, onde estacionam milhares de armas tácticas, a dispor-se ao « suicídio » em caso de guerra. Daí que Lellouche, defensor, como Heisbourg, de um

reforço da UEO pelas razões já citadas, proponha a instalação rotativa das armas nucleares nos vários países europeus, uma defesa europeia integrada que, em seu entender e contra outras opiniões – designadamente a de Margaret Thatcher –, não precipitará o afastamento dos norte-americanos, antes os prenderá à Europa. A modernização das armas nucleares europeias e um novo papel atribuído às aerotransportadas deverão ser prioridades da UEO para colmatar a «derrota política» do Ocidente consubstanciada no acordo de Washington; mas Lellouche não esconde o seu pessimismo quanto ao futuro, porque antevê a URSS «jogando zero após zero» e a opinião pública ocidental «desestabilizada pela retórica suicida da desnuclearização de Reagan», a qual, levada às últimas consequências, significará a própria eliminação das armas de longo alcance, com o que deixará de existir dissuasão nuclear e, conseqüentemente, a própria capacidade de defesa. Para Lellouche, a ameaça soviética mantém-se enquanto a URSS não der mostras de aceitar uma redução das forças convencionais do Leste europeu. Ora, ele não acredita nesta possibilidade, que equivaleria ao fim do «império soviético», ao nascimento de uma «nova ordem europeia»; mesmo admitindo ser essa a vontade de Gorbachev, está vedado ao dirigente do Kremlin concretizá-la. Por consequência, com a vitória da opção «triplo zero», um eventual conflito na Europa seria restringido às forças convencionais – e as do Pacto de Varsóvia excedem em número as da NATO. A tese de Lellouche implica, pois, a manutenção indiscutível de um potencial nuclear mínimo de dissuasão, que é todavia difícil de definir em termos quantitativos e qualitativos, relevando mais de uma opção política que militar.

Adepta da preservação de um nível dissuasor nuclear mínimo é também Lynn Davis, investigadora do King's College, que foi adjunta do subsecretário da Defesa dá ex-presidente Carter. Todavia, os seus pressupostos não são os mesmos de Lellouche. Lynn Davis não faz depender a capacidade de defesa apenas de um tipo de armamento, antes da articulação entre o nuclear e o convencional, e a presença das tropas americanas na Europa, combinada com a existência de cerca de quatro mil armas nucleares de teatro é, a sua ver, tranquilizadora para mais se tivermos em atenção que a maioria dos especialistas considera os efectivos convencionais do Pacto de Varsóvia inferiores, em qualidade, aos da NATO, se bem que em maior número. O acordo INF não comporta uma ameaça de *decoupling*, a cimeira de Washington constituiu um êxito para as duas superpotências. E um desafio para a Europa, que terá de entender-se quanto a uma política comum de defesa, sob pena de deixar aos soviéticos a iniciativa de definir os termos da política de desarmamento no continente. Segundo Lynn Davis, a Europa terá que optar entre «triplo zero», a

modernização dos mísseis terrestres de curto alcance baseados na RFA (que rejeita a ideia) e a modernização das forças convencionais. Uma quarta possibilidade, a transferência dos mísseis de curto alcance baseados em terra para meios navais, equivaleria a uma substituição dos euromísseis eliminados e permitiria aos soviéticos pôr em causa a sinceridade dos propósitos ocidentais em matéria de desarmamento. Qualquer das duas opções aceitáveis mencionadas atrás (Lynn Davis considera a primeira utópica e desaconselha a última) jamais substituirá o «guarda-chuva» nuclear norte-americano; eis a razão pela qual os europeus devem chegar a acordo quanto ao papel dos Estados Unidos na defesa do continente e optar pelas duas alternativas aproveitáveis, das quais a que contempla a modernização das armas nucleares possui ainda o mérito adicional de poder servir como instrumento de pressão sobre a URSS para a redução das forças convencionais.

A voz de Lynn Davis foi a única que se ergueu contra os temores do *decoupling*, expressos por um especialista português, o vice-almirante Fuzeta da Ponte, com abundante soma de argumentos que radicam numa corrente de pensamento norte-americano, abrangendo tanto democráticos como republicanos, cansada da «generosidade estratégica» dos Estados Unidos para com a Europa, que seria prejudicial aos dois continentes: o *decoupling* obrigaria os europeus a unirem-se e os norte-americanos poupariam muito dinheiro. Por outro lado, a importância estratégica da Europa estaria em declínio, suplantada pela da região do Pacífico. Argumentos em contrário não faltam: Fuzeta da Ponte citou, entre outros, o carácter de desarmamento unilateral que uma retirada das tropas norte-americanas assumiria; o reforço e qualificação das forças soviéticas na Europa; a importante participação dos europeus na NATO. É este perigo de unilateralismo por parte dos Estados Unidos que impõe a reafirmação de uma vontade de defesa europeia, no quadro de um diálogo que as diferentes percepções dos objectivos soviéticos dificultam. Se para uns a ameaça soviética persiste (opinião dominante nos Estados Unidos), para outros (muitos europeus, incluindo dirigentes políticos) a URSS defende o *status quo* na Europa, o que facilita uma certa despreocupação e o afastamento dos norte-americanos. E a convicção de que uma guerra convencional apenas serviria para justificar o emprego das armas nucleares, tidas como as únicas que impõem a dissuasão (contra o ponto de vista dos Estados Unidos), não favorece, entre alguns dirigentes europeus, em particular Margaret Thatcher, o planeamento com vista a uma defesa clássica, a qual enfraqueceria a perspectiva de recurso automático àquelas armas. O que a cimeira de Washington veio pôr em causa foi o «terror nuclear» condenado pela opinião pública europeia e daí que Lellouche considere reféns desta os dirigentes da Europa que

aplaudem o acordo INF, mau-grado ele comprometer potencialmente o raciocínio acima expresso. Para santuarizar os Estados Unidos ou para realizar a esperança de um mundo desnuclearizado, conforme os pontos de vista, o certo é que a NATO acolheu o acordo INF e propõe mesmo a redução a metade das armas estratégicas no âmbito das negociações START, além de eliminação das armas químicas, e do equilíbrio das forças convencionais e dos arsenais nucleares de curto alcance.

Fuzeta da Ponte, cingindo-se ao papel de Portugal na Aliança Atlântica, reservou-lhe um esforço na vertente convencional, com vista à cooperação no campo do aperfeiçoamento, produção e aquisição de armamento, no quadro das missões que competem ao país como membro da NATO, agora potenciadas pela acrescida importância da segurança de portos e aeroportos, decorrente da transferência das plataformas nucleares europeias de curto e médio alcance para bordo de aviões e submarinos. O reforço da componente atlântica da NATO deverá acompanhar, segundo este especialista, o empenho de Portugal numa defesa europeia comum, entendida como meio de fortalecer a Aliança. Novamente a preservação do *coupling* EUA-Europa e a consciência do papel secundário intolerável que os europeus desempenham no debate de questões que os implicam em primeira linha – os dois grandes temas do Ciclo de Primavera do IEEI.